

Educação para as relações étnico-raciais e o racismo científico em tempos de COVID-19

Education for ethnic-racial relations and scientific racism in times of COVID-19

Educación para las relaciones étnico-raciales y el racismo científico en tiempos de COVID-19

Barbara Pinheiro¹

Resumo

O artigo em questão é fruto de uma revisão bibliográfica e do acesso às minhas memórias e análises de conjuntura enquanto mulher negra da sociedade atual. Nele abordo sobre o racismo científico dentro de uma perspectiva histórica, desde a sua gênese no contexto da ciência moderna europeia, expondo os fundamentos ontológicos da racialização como um mito da modernidade para a construção do ser a partir do outro enquanto não ser, bem como apresentando exemplos do quanto a comunidade negra foi violada por essa lógica partindo de exemplos ancestrais de desumanização de corpos negros enquanto cobaias científicas, até o abandono e a desimportância projetada sobre esses corpos no contexto da pandemia de COVID-19.

Palavras Chaves: Racismo científico. Pandemia. COVID-19.

Abstract

The article in question is the result of a bibliographic review and access to my memories and analysis of the situation as a black woman in today's society. In it, I approach scientific racism within a historical perspective, since its genesis in the context of modern European science, exposing the ontological foundations of racialization as a myth of modernity for the construction of being from the other while not being, as well as presenting examples of how much the black community has been violated by this logic, starting from ancestral examples of the dehumanization of black bodies as scientific guinea pigs, to the abandonment and unimportance projected onto these bodies in the context of the COVID-19 pandemic..

Keywords: Scientific racism. Pandemic. COVID-19.

Resumen

El artículo en cuestión es fruto de una revisión bibliográfica y acceso a mis memorias y análisis de la situación como mujer negra en la sociedad actual. En él, abordo el racismo científico desde una perspectiva histórica, desde su génesis en el contexto de la ciencia moderna europea, exponiendo los fundamentos ontológicos de la racialización como mito de la modernidad para la construcción del ser a partir del otro sin ser, además de presentar ejemplos de cuánto la comunidad negra fue vulnerada por esta lógica, desde ejemplos ancestrales de deshumanización de los cuerpos negros como conejillos de indias científicos, hasta el abandono y la despreocupación proyectada sobre estos cuerpos en el contexto de la pandemia del COVID-19.

Palabras Clave: Racismo científico. Pandemia. COVID-19.

¹ Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Introdução

Este texto é fruto de uma aula proferida no curso 'Saberes e Resistências em Tempos de Pandemia', promovido pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, coordenado e mediado pelo professor Samuel Penteado Urban a quem parabeno não apenas pela condução brilhante e acolhedora dos trabalhos, mas fundamentalmente pela proposição aguerrida em tempos de tantas lutas travadas no nosso país, tanto contra o vírus que hoje nos coloca em condição de pandemia, quanto pelo vírus da intolerância, da indiferença e da ignorância que o contexto bolsonarista acentua.

O título remete a três campos de discussão, os quais subdividirei a escrita para fins de melhor didatização da pauta: primeiramente entenderemos do que se trata a educação para as relações étnico-raciais, posteriormente perpassaremos pela compreensão do que vem a ser racismo científico e em terceira instância pautaremos o debate do racismo científico e estrutural nos dias de hoje analisando especificamente o contexto da pandemia de COVID-19.

Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER)

Comumente, quando o assunto é educação para as relações étnico-raciais quatro grandes equívocos se apresentam nos cenários escolares:

1- A não racialização do branco - Ao pensarmos na temática da ERER normalmente remetemos a questão à noção de negritude. É como se o outro fosse racializado, no entanto o branco não é outro, ele é o padrão, portanto trata-se do humano. Esquecemos que relação tem partes e que se uma parcela da população desfruta do abandono e do caos social é porque uma outra parcela goza dos seus privilégios. Pensar uma prática pedagógica verdadeiramente antirracista se configura em superar as mazelas daqueles oprimidos racialmente e em pautar o fim dos privilégios daqueles que, se não oprimem diretamente, no mínimo lucram com os esquemas de opressão. Neste sentido, estou falando de pautar o estudo e o desvelamento da noção de branquitude. Segundo a filósofa negra brasileira Sueli Carneiro (2005), a branquitude, enquanto sistema de poder fundado no contrato racial, da qual todos os brancos são beneficiários, embora nem todos sejam signatários, pode ser descrita no Brasil por formulações complexas ou pelas evidências empíricas como no fato de que há absoluta prevalência de brancura em todas as instâncias de poder da sociedade: nos meios de comunicação, nas direções, gerências, e chefias das empresas e das instituições públicas, nos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, no corpo docente das universidades públicas ou privadas etc. Não há como superar o racismo sem desmascarar estes esquemas de

privilégios e, não só denunciá-los, como extingui-los democratizando racialmente o poder.

2- A folclorização da população negra e indígena - Ao falar em valorização da história e cultura africana e afro-brasileira prevista nas leis 10.639/2003 e 11.645/2008 é muito comum professoras e professores situarem as ações pedagógicas no campo da discussão acerca do samba, da feijoada, das religiões de matriz africana, da capoeira, etc, mas esquecem de problematizar o currículo escolar no sentido de qual lugar é reservado para pessoas negras no desenrolar da história do mundo. Poderíamos nas escolas, ao invés de ficarmos o tempo todo ensinando que pessoas negras eram “escravas”, estarmos ensinando os conhecimentos africanos ancestrais, tais como: o saber médico, químico, farmacológico, cosmetológico, náutico, tecnológico, arquitetônico, artístico, culinário, sanitário, astronômico, matemático (os cálculos matemáticos, que inclusive propiciaram a construção de pirâmides), etc. A matemática africana inclusive se expandiu tanto no campo da aritmética quanto na geometria. Temos o papiro de Rhind² que apresenta, por exemplo, a proposição das bases para o teorema do triângulo retângulo, popularmente conhecido como teorema de Pitágoras, mais de mil anos antes do nascimento do grego Pitágoras (570-495 a.C.), temos também o osso de Ishango que é uma ferramenta de osso de babuíno que data de aproximadamente dentre 20 000 a.C. e 18 000 a.C. que era utilizado para realizar contagens, porque há uma série de traços talhados, divididos em três colunas, ao longo de todo o comprimento da ferramenta. A medicina egípcia, por exemplo, tinha seu conhecimento a partir dos experimentos e estudos voltados para o interior do organismo humano, elaborado em função da prática da mumificação, do embalsamento do corpo dos faraós e de pessoas influentes desta sociedade (NASCIMENTO, 1996). Diga-se de passagem, que nos processos de mumificação africanos, que para além do Egito eram desenvolvidos em outro impérios, a exemplo do cuxita, utilizavam-se compostos químicos que alcançavam um grau elevadíssimo de conservação da matéria, fazendo com que até os dias de hoje encontremos múmias extremamente conservadas em diversos sarcófagos africanos. Muito anterior ao avanço moderno da medicina européia, a medicina egípcia já fissurava corpos e conhecia a fisiologia humana, algo que só ocorreu na Europa com o rompimento em relação a

²Papiro de Rhind ou papiro de Ahmes é um documento egípcio de cerca de 1 650 a.C., onde um escriba de nome Ahmes detalha a solução de 85 problemas de aritmética, frações, cálculo de áreas, volumes, progressões, repartições proporcionais, regra de três simples, equações lineares, trigonometria básica e geometria. O papiro foi roubado pelo escocês Alexander Henry Rhind, de Aberdeen, em 1858, em Luxor no Egito, em 1858. O Museu britânico incorporou-o ao seu patrimônio em 1865, permanecendo em seu acervo até os dias atuais.

racionalidade cristã medieval que previa uma vinculação entre corpo e alma. No que tange a engenharia naval o continente africano foi um grande produtor de embarcações, fato que antecipou a expansão marítima africana comparada a expansão marítima europeia. Um exemplo disso é o fóssil de Luzia, que é o fóssil humano mais antigo encontrado na América do Sul, que pela datação tem cerca de 13 mil anos. O mais interessante de Luzia é que este crânio tem traços negróides, o que é destacado em um campo de estudo na arqueologia como uma evidência da expansão marítima africana para as Américas há milênios (CONNAH, 2013). Poderia trazer aqui inúmeros exemplos de conhecimentos científicos ancestrais africanos que poderiam ser ensinados na escola visando efetivamente uma educação que potencialize vidas negras ao invés de folclorizá-las colocando-as unicamente neste lugar de entretenimento.

3- A localização da EREER apenas na semana da consciência negra ou somente no mês de novembro - As tensões raciais existentes em nossa sociedade não se manifestam apenas no novembro negro, elas estão presentes diariamente nas nossas vidas e são pesadamente sentidas a cada instante na morte de cada jovem negro, no encarceramento em massa da população negra, em cada entrevista de emprego negada por falta de aparência, em cada segurança que nos segue nos shoppings, em cada vez que ligamos a TV e não nos vemos, em cada vez que vou na reitoria da minha universidade e olho as fotos dos reitores e só vejo pessoas brancas, em cada ementa de disciplina que não inclui autores e autoras negros, em cada narrativa historiográfica que não situa o passado potente do meu povo como reis e rainhas, mas situa-os num congelamento temporal escravagista. Assim sendo, não tem real sentido pedagógico pautar apenas as discussões relativas as relações étnico-raciais apenas em uma parte do ano, faz-se necessário transversalizar o conteúdo em toda a dimensão do currículo escolar de modo que os espaços educacionais não acabem por reforçar estigmas no lugar de promover uma educação descolonizada e pluriversal.

4- A ideia de que as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 são apenas aplicáveis ao ensino de língua portuguesa e humanidades - Tomando como base a 10.639/2003 ela, "Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra

brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.” (BRASIL, 2003). Notem que a lei cria a OBRIGATORIEDADE de que os conteúdos referentes a história e cultura africana e afro-brasileira devem ser ministrados em TODO o currículo escolar e em ESPECIAL nas áreas literárias, artísticas e de humanidades. “Em especial” não significa “apenas”; “em todo o currículo” engloba todas as componentes curriculares, inclusive, as ciências naturais e matemática; “obrigatoriedade” não significa “opção”. Óbvio que a ideia da obrigatoriedade se configura para nós em um argumento legal de cobrança do cumprimento da lei nas universidades e escolas básicas, contudo, essas reflexões têm que ser pautadas para além da letra fria da lei, mas sim no âmbito da empatia, do reparo histórico e de um verdadeiro resgate ancestral. Neste sentido, mesmo na área das ciências da natureza e matemática precisamos nos motivar para o cumprimento da lei; aqui trago alguns autores e autoras que têm se esforçado neste sentido ((BENITE, SILVA & ALVINO, 2017), (CUNHA JUNIOR, 2010) (MACHADO; LORAS, 2017), (NASCIMENTO, 1996), (PINHEIRO; ROSA, 2018), (PINHEIRO, 2016), (ROSA, 2016), (SANTOS, RODRIGUES FILHOE AMAURO, 2016), (VERRANGIA, 2010)).

Racismo Científico

O racismo científico é uma corrente teórica que se utilizou de evidências empíricas científicas para justificar a inferioridade e a superioridade racial. As teorias raciais propagadas, a partir da metade do século XIX, baseavam-se nos postulados do racismo científico (COELHO, 2009), qual seja, a ideia de que a humanidade está dividida em raças, e as diferentes raças conformam uma hierarquia biológica, na qual os brancos ocupam posição superior (SKIDMORE, 2012; SCHWARCZ, 1993).

Apesar da ampla difusão das teorias advindas do racismo científico que se espalharem no Brasil e no mundo em meados do século XIX, desde o século XVII estas idéias já perpassam os processos de produção de conhecimento de formas a legitimar o escravismo nas Américas a partir não só da constituição da noção de raças, mas da hierarquização destas, estabelecendo uma lógica de animalização de corpos negros.

Este processo de desumanização de corpos negros é legitimado na modernidade por grandes autores que vão fortalecer o pensamento de que pessoas negras são inferiores, portanto, menos humanas que pessoas brancas e devem se

submeter a estas dentro de relações hierárquicas.

O filósofo David Hume, grande referência filosófica para o método dialético na modernidade, vai se colocar de modo extremamente racista em seus escritos, apontando para a inferioridade de pessoas negras frente a pessoas brancas.

Eu estou em condições de suspeitar serem os negros naturalmente inferiores aos brancos. Praticamente não houve nações civilizadas de tal compleição, nem mesmo qualquer indivíduo de destaque, seja em ações seja em investigação teórica. [...] Tal diferença uniforme e constante não poderia ocorrer, em tantos países e épocas, se a natureza não tivesse feito uma distinção original entre essas raças de homens. Sem citar as nossas colônias, há escravos negros dispersos por toda a Europa, dos quais ninguém alguma vez descobriu quaisquer sinais de criatividade, embora pessoas de baixa condição, sem educação, venham a progredir entre nós, e destaquem-se em cada profissão. Na Jamaica, realmente, falam de um negro de posição e estudo, mas provavelmente ele é admirado por realização muito limitada como um papagaio, que fala umas poucas palavras claramente (HUME, 1875, p. 252).

O grande filósofo Kant expõe as suas opiniões sobre as pessoas negras, suas manifestações culturais e formas de religiosidade, revelando toda a sua ignorância e arrogância. Segundo Kant:

Os negros da África não possuem, por natureza, nenhum sentimento que se eleve acima do ridículo. O senhor Hume desafia qualquer um a citar um único exemplo em que um Negro tenha mostrado talentos, e afirma: dentre os milhões de pretos que foram deportados de seus países, não obstante muitos deles terem sido postos em liberdade, não se encontrou um único sequer que apresentasse algo grandioso na arte ou na ciência, ou em qualquer outra aptidão; já entre os brancos, constantemente arrojam-se aqueles que, saídos da plebe mais baixa, adquirem no mundo certo prestígio, por força de dons excelentes. Tão essencial é a diferença entre essas duas raças humanas, que parece ser tão grande em relação às capacidades mentais quanto à diferença de cores. A religião do fetiche, tão difundida entre eles, talvez seja uma espécie de idolatria, que se aprofunda tanto no ridículo quanto parece possível à natureza humana. A pluma de um pássaro, o chifre de uma vaca, uma concha, ou qualquer outra coisa ordinária, tão logo seja consagrada por algumas palavras, tornam-se objeto de adoração e invocação nos esconjuros. Os negros são muito vaidosos, mas à sua própria maneira, e tão matraqueadores, que se deve dispersá-los a pauladas. (KANT, 1993: pág. 75-76)

Outra grande referência do pensamento filosófico ocidental, Hegel, vai escrever o seguinte sobre a negritude:

a principal característica dos negros é que sua consciência ainda não atingiu a intuição de qualquer objetividade fixa, como Deus, como leis, pelas quais o homem se encontraria com a própria vontade, e onde ele teria uma idéia geral de sua essência [...] O negro representa, como já foi dito o homem natural, selvagem e indomável. Devemos nos livrar de toda reverência, de toda moralidade e de tudo o que chamamos sentimento, para realmente compreendê-lo. Neles, nada evoca a idéia do caráter humano [...] A carência de valor dos homens chega a ser inacreditável. A tirania não é considerada uma injustiça, e comer carne humana é considerado algo comum e permitido [...] Entre os negros, os sentimentos morais são totalmente fracos - ou, para ser mais exato inexistentes. (HEGEL, 1999, pág. 83-86)

Havia um grande contexto intelectual dentro e fora da ciência que se articulava no sentido de negar a humanidade negra, bem como os atributos conferidos ao grau humano, como o intelecto, a afetividade, as emoções, a capacidade de sofrer, de sentir dores etc. Segundo Guimarães (2008) o estudo sobre as raças humanas era realizado por meio de medições do formato e do tamanho da caixa craniana, para logo em seguida, no começo do século, abandonar as classificações baseadas em traços fenotípicos e concentrar-se no estudo da hereditariedade e dos genes. Isso estabeleceu um grau elevado de confiabilidade destas pesquisas mediante o seu caráter empírico, elemento de produção de conhecimento científico extremamente valoroso tanto naquele contexto quanto nos dias atuais.

Alguns casos marcaram negativamente a história no sentido de práticas empíricas propiciadas no escopo do racismo científico contra a população negra (em especial contra mulheres negras), tais como: as cirurgias ginecológicas desenvolvidas pelo médico estadunidense James Marion Sims que no século XIX utilizava mulheres negras escravizadas sistematicamente em seus experimentos, muitas vezes sem anestesia. Outro caso extremamente problemático de empiria dentro da lógica do racismo científico envolveu a jovem estadunidense Henrietta Lacks, que nasceu em 1920 e morreu de câncer do colo uterino em 1951. Henrietta foi a doadora involuntária de uma cultura de células cancerosas, que ficou popularmente conhecida como HeLa, muito utilizada em pesquisas médicas sem o consentimento da mesma, muito menos da família desta. Outro relato macabro destas práticas científicas é a história de Sarah Baartman, a mulher negra sul-africana que foi exibida como atração de circos e em feiras européias de exposição

científica na categoria “fenômeno bizarros humanos” até a sua morte. Sarah Baartman morreu em 29 de dezembro de 1815, mas seu cérebro, esqueleto e órgãos sexuais continuaram sendo exibidos em um museu de Paris até 1974. Também podemos citar que na segunda metade do século XX o biólogo estadunidense Dr. Gregory Goodwin Pincus fez testes do uso das pílulas anticoncepcionais com mulheres negras haitianas e porto-riquenhas sem que essas tivessem conhecimento da pesquisa. Esses casos odiosos só reforçam a noção de opressão interseccional que acomete mulheres negras na nossa sociedade, visto que elas são duplamente alterizadas negativamente, em primeira instância por serem pessoas negras e em segunda por serem mulheres. Elas estão na base da cadeia de opressões. Se forem mulheres negras trans essa tragédia social é ainda mais acentuada.

Já na realidade brasileira o racismo científico foi fundamental para a criação no imaginário coletivo de um perfil negro, fenotipicamente falando, de criminalidade (o que baseou toda uma área jurídica no Brasil conhecida como criminologia racial, fato que fomenta o encarceramento em massa de pessoas negras, bem como o genocídio negro até os dias de hoje), bem como do impulsionamento de discurso e de práticas produtoras do mito da democracia racial no nosso país a partir da eugenia. Para Ortiz (2003), o dilema dos intelectuais, como Sílvio Romero, João Batista Lacerda e Nina Rodrigues, estava na tentativa de construção de uma identidade simbólica, enfatizando o caráter nacional, reportando em última instância à formação do Estado Nacional. Neste sentido, estes intelectuais concordavam que as pessoas negras tinham características cientificamente comprovadas de seres propensas ao crime, a vadiagem, de serem preguiçosas, más, etc, no entanto, pensando a constituição do Estado Nacional e sua “pureza” moral de base étnica eles divergiam no método, Sílvio Romero, por exemplo, ia ser partidário a um projeto nacional de miscigenação no Brasil possibilitando o clareamento da população e o desaparecimento da raça negra na projeção de 100 anos, ao contrário de Nina Rodrigues que pautava que a degenerescência do negro era tão grande que se ele se misturasse com pessoas brancas prejudicaria enormemente as gerações futuras.

Os negros africanos são o que são: nem melhores nem piores que os brancos: simplesmente eles pertencem a uma outra fase do desenvolvimento intelectual e moral. Essas populações infantis não puderam chegar a uma mentalidade muito adiantada e para esta lentidão de evolução tem havido causas complexas. Entre essas causas, umas podem ser procuradas na organização mesma das raças negríticas, as outras podem sê-lo na natureza do habitat onde essas raças estão confinadas. Entretanto, o que se pode garantir com experiência adquirida, é que pretender impor a um povo negro a civilização européia é uma pura aberração (RODRIGUES, 1957, p.114).

Para Nina Rodrigues (1957), os mestiços poderiam ser distribuídos em três grupos distintos: o primeiro corresponderia aos mestiços superiores que, ou pela predominância da raça civilizada (branca) em sua constituição, ou por uma feliz combinação mental, poderiam ser considerados perfeitamente equilibrados e plenamente responsáveis de suas próprias ações sociais; ao segundo grupo pertenciam os mestiços evidentemente degenerados, os quais devem ser considerados parcial ou totalmente irresponsáveis; por fim, no último grupo estariam os mestiços comuns, que mesmo superiores às raças selvagens das quais descendiam, traziam o desequilíbrio causado pelo cruzamento, não podendo ser equiparados àquelas raças, de forma que se encontravam em constante iminência de cometer ações anti-sociais, portanto não deveriam ser responsabilizados.

Como podemos perceber o Racismo Científico não foi uma pseudociência como muitos alegam, tentando desresponsabilizá-la pelos seus crimes. Trata-se de uma ciência da sua época que contou com grandes nomes de diferentes ramos das ciências biomédicas que faziam pesquisas sérias com o intuito de comprovar a hierarquização das raças partindo da animalização e estigmatização de corpos negros. Mesmo que na atualidade a ciência alegue que menos de 0,02% dos genes humanos possuem correlação com as constituições fenotípicas, ou seja, que não existem raças, mas sim uma única raça que é a raça humana, a ciência precisa reconhecer que historicamente ela contribuiu para o abismo racial que ainda hoje e, mais do que nunca hoje, criminaliza, hipersexualiza e assassina pessoas negras como se elas fossem desimportantes ou menos humanas. As ciências naturais descobriram que todos somos humanos, mas elas “esqueceram” de informar com veemência isso para os diferentes complexos sociais que nos marginalizam ainda hoje pela nossa estampa.

Racismo Estrutural e Científico em tempos de COVID-19

Comumente no Brasil as pessoas buscam individualizar o racismo como se este estivesse individualizado em práticas isoladas completamente desarticuladas de um sistema mais amplo do qual decorrem todas estas violências. Entretanto, ninguém que nasce no nosso país está isento do racismo, pois ele é estrutural e estruturante de nossas constituições subjetivas. Crescemos sem ver pessoas negras nos espaços de poder e isso nos remete psicologicamente, mesmo que inconscientemente a noção de que o poder é branco. Crescemos sem ver pessoas negras tendo suas estéticas valorizadas pela mídia e isso nos leva a pensar que o belo é o branco. Crescemos lendo apenas autores brancos e estudando um passado negro escravagista; fato que desenvolve em nós a idéia que pessoas negras não são

intelectuais e não possuem um passado potente. Poderia dar inúmeros exemplos aqui de formulações sociais que contribuíram fortemente para o nosso modo de pensar e agir racista ou (para pessoas negras) reproduzidor do racismo na nossa sociedade.

É esse racismo, que é estrutural e do qual ninguém está isento, que estabelece no nosso país quem vive e quem morre; é ele que estabelece outros graus de racismo nas micro-estruturas sociais como a religião (racismo religioso), no meio ambiente (racismo ambiental), nas empresas e instituições em geral (racismo institucional), nos diferentes ramos da ciência (racismo científico), etc. Nesta perspectiva vocês poderiam alegar que o racismo científico é algo do passado e que não faz mais sentido falar acerca dele como algo da vida presente. No entanto, estamos falando de racismo científico quando pensamos a ciência unicamente a partir de um viés ocidentalizado, brancocêntrico e europeu; quando olhamos para os espaços de produção acadêmica e não vemos representatividade negra, quando visitamos as páginas dos prêmios nobéis e notamos uma presença esmagadora de homens brancos sendo laureados; quando a ciência atual propõe que testes de vacina sejam realizados em seres humanos do continente africano (majoritariamente constituído por pessoas negras).

Hoje no Brasil e no mundo estamos atravessando uma crise sem precedentes para a nossa geração que tem acometido milhares de pessoas em todo planeta terra. Hoje, 22 de maio de 2020, já foram registradas 333.001 mortes por COVID-19 no mundo, sem contar aquelas sub-notificadas, que não foram registradas pelos órgãos de saúde. Em todo mundo medidas de isolamento social foram fomentadas no sentido de possibilitarem a não circulação do vírus, visto que a ciência ainda não desenvolveu nem a cura para a doença nem a vacina contra esta. Entretanto, o problema da pandemia de coronavírus escancara as situações de racismo cotidianamente vividas estruturalmente por pessoas negras e indígenas historicamente no nosso país e nos demais.

O modelo de quarentena pensado para a proteção da população contra o COVID-19 não contempla pessoas pobres periféricas, que em sua esmagadora maioria no Brasil são pessoas negras, visto que grande parte destas são autônomas e não sobrevivem sem alimento isoladas dentro de casa mesmo com a renda mínima de R\$600,00 (para aquelas que tiveram acesso). Essas pessoas também são aqueles motoboys que entregam o fast-food em nossas casas, são também aquelas empregadas domésticas e babás que esta nossa classe média/alta sinhá não quer liberar para ficar em sua casa cuidando da sua saúde e da saúde dos seus, são os porteiros dos nossos prédios, é o pessoal dos serviços gerais... É aquela galera que

segue na invisibilidade da violência cotidiana. É isso que faz com que pessoas negras sigam morrendo mais de coronavírus que pessoas brancas. Nos EUA mesmo em estados com um menor percentual de população negra as pessoas negras seguem sendo aquelas que mais morrem, a exemplo de Louisiana que tem 33% de população negra e 70% das mortes de COVID-19 são de pessoas negras ou de Chicago que possui uma população negra estimada em 30%, contudo as mortes por essa doença são de 68% dentre as pessoas negras (BRITO, 2020). No Brasil não é diferente e ainda convivemos com o mito da democracia racial que historicamente nos impulsiona a não racializar os dados estatísticos de genocídio, encarceramento e miséria no nosso país.

Sim! Estamos falando de mais uma faceta do genocídio negro. Este último, já sinalizava Abdias do Nascimento (2016), manifesta-se camuflado de diversas formas para além da bala perdida que sempre encontra nossos corpos. Manifesta-se no descaso com SUS, no maior índice de feminicídio de mulheres negras, nas maiores taxas de suicídio dentre pessoas negras, no maior quantitativo de mortes de mulheres negras nas clínicas clandestinas de aborto, etc.

É um privilégio estar durante uma quarentena escrevendo esse texto aqui dentro da minha casa que tem mais cômodos do que pessoas (uma realidade muito diferente das casas nas favelas do nosso país, incluindo a favela de onde em vim e na qual vive a minha família aqui em Salvador/Ba), sabendo que, logo após esse período destinado no dia de hoje a esta escrita, eu poderei me alimentar e talvez praticar uma atividade física para manter a saúde mental. Saúde mental no nosso país não é uma realidade da população negra majoritariamente periférica, que antes de ter que se preocupar com COVID-19 precisa se preocupar em não morrer de fome ou pelo braço armado do Estado, pois no Brasil a polícia mata mais que coronavírus.

Nesse contexto de quarentena em um só final de semana foram assassinados 16 jovens negros no morro do Alemão no Rio de Janeiro, fora todos os outros assassinatos em todo país; enquanto chorávamos a morte do menino João Pedro de apenas 14 anos, outras mortes de jovens negros nos atravessaram nos dando aquela velha sensação de que estamos por nossa própria conta. Depois vem o programa Fantástico da Rede Globo de televisão, em tom de indignação, fazer matéria problematizando o porque da população periférica estar acompanhando as mortes por COVID-19 em todo mundo e não estar respeitando as regras de isolamento social, obviamente, em primeiro lugar coloca-se todos os impeditivos determinados socialmente já destacados aqui para que as pessoas sigam trabalhando e em segundo lugar, contudo, não menos importante se apresentam duas dimensões psicológicas da constituição subjetiva das pessoas negras no Brasil: 1- elas são

animalizadas desde os contextos de racismo científico no sentido de se projetarem como menos humanas, portanto, elas se imaginam mais fortes e mais resistentes ao vírus, como se as pessoas brancas fossem mais frágeis por serem essencialmente humanas; 2- elas assimilaram o sentido da desimportância de suas vidas, como no Brasil morre um jovem negro de 18 a 24 anos a cada 23 minutos, isso cria uma sensação de que vidas negras valem menos; a mídia reforça isso quando pouco noticiam ou pouco se indignam com as mortes negras.

Por estas razões é muito comum nas favelas do nosso país acompanharmos pessoas negras sem máscaras, andando pelas ruas, fazendo festas, enchendo as feiras livres, etc. Isto sem falar que aqueles homens negros que conseguem desenvolver a consciência do autocuidado são hostilizados muitas vezes ao saírem nas ruas usando máscaras em virtude do mito social da criminalização de corpos negros advinda do racismo científico que coloca diariamente homens negros na condição de suspeitos e a ausência da possibilidade de gravarem seus rostos pelos sistemas de captação de imagens espalhados pelas cidades gera medo e insegurança para parte da população que acaba por os hostilizar. Também é muito comum no nosso país o fenômeno de “confundirem” pessoas negras ou itens por estas utilizados. Somos muito diversos. O discurso de que todo preto se parece é um reforço genocida para legitimar a morte arbitrária de pessoas negras. No Brasil muitas pessoas morrem por serem confundidas com outras negras ou simplesmente por terem seus guarda-chuvas confundidos com fuzis, furadeiras confundidas com armas de fogo, dentre outros. Ser negro no nosso país é ser um alvo constante. O risco de morte é iminente. O coronavírus passa longe do grau de letalidade do Estado brasileiro.

Conclusão

Enquanto uma mãe, educadora, pesquisadora, nordestina, mulher negra de origem periférica, sinto-me uma sobrevivente nestas terras estranhas que historicamente insistem nos colocar num constante estado de estranhamento e vulnerabilidade pessoal e coletiva. Contudo, sinto-me também muito feliz em poder trazer a minha voz e a agenda atual do meu povo a público por meio desta obra que expressa tamanha sensibilidade e empatia em dias nos quais estes atributos são tão escassos. Aproveito para agradecer ao curso ‘Saberes e Resistências em Tempos de Pandemia’ promovido pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, na pessoa do professor Dr. professor Samuel Penteado Urban pela oportunidade profícua de interlocução. E concluo dizendo que vidas negras importam apesar de todos os esquemas de sabotagem desenvolvidos nos diferentes complexos sociais para

deslegitimar a nossa existência. Seguimos vivas e potentes como nossas ancestrais. Vivemos dias difíceis, mas como a história da negritude no Brasil nos ensina: nos levantaremos!

Referências

BENITE, Ana, SILVA, Juvan & ALVINO, Antônio. Ferro, Ferreiros e forja: o ensino de química pela lei nº 10.639. **Educação em Foco**. 735–768, 2017.

BRITO, Luciana. E o racismo pode parar? O cuidado pessoal e coletivo como estratégia de sobrevivência. In: **Nexo Jornal**, 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/colunistas/2020/E-o-racismo-pode-parar-O-cuidado-pessoal-e-coletivo-como-estrat%C3%A9gia-de-sobreviv%C3%Aancia>. Acesso: maio de 2020.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. 2005. 339f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COELHO, Wilma. de N. B. **A cor ausente**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

CONNAH, Graham. **África Desconhecida: Uma Introdução à sua Arqueologia**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2013.

CUNHA, Henrique Jr. **Tecnologia Africana na Formação Brasileira** (1ª ed). Rio de Janeiro, CEAP, 2010.

GUIMARÃES, Antônio. S. A. A recepção de Fanon no Brasil e a identidade negra. **Novos Estudos** – CEBRAP, n. 81, p. 99–114, jul. 2008.

HEGEL, Georg W. F. **Filosofia da História**. Brasília, Editora da UnB, 1999.

HUME, David. (1748). "Of National Characters". In: D. Hume. **Essays: Moral, Political and Literary**. Editado por T. H. Green e T. Grose. London: Longmans, Green and Co., 1875. Vol. 1.

KANT, Emmanuel. **Observações sobre o sentimento do belo e do sublime**. Campinas, Papyrus, 1993.

MACHADO, Carlos & LORAS, Alexandra. **Gênios da humanidade: ciência, tecnologia e inovação africana e afrodescendente**. São Paulo: DBA, 2017.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Elisa. **Introdução às antigas civilizações africanas**, in Sankofa: matrizes africanas da Cultura Brasileira, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1996.

ORTIZ, Renato. **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

PINHEIRO, Bárbara & ROSA, Katemari. **Descolonizando saberes: a Lei 10639/2003 no ensino de ciências**. São Paulo: Livraria da Física, 2018.

PINHEIRO, Juliano. Possibilidades de diálogos sobre questões étnico-raciais em um grupo do PIBID – Química. **Tese** (Doutorado em Química –UFU). Instituto de Química, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Brasil, 2016.

RODRIGUES, Raimundo Nina. (1957). **As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil**. Salvador: Livraria Progresso, 1957.

ROSA, Katemari. A (pouca) presença de minorias étnico-raciais e mulheres na construção da ciência. In: M. D. Garcia; M. A. Auth; K. Takahashi. (Org.). **Enfrentamentos do Ensino de Física na Sociedade Contemporânea** (1ª ed., pp. 619 – 632). São Paulo: Livraria da Física, 2016.

SANTOS, João, RODRIGUES-FILHO, Guimes, & AMAURO, Nicea. A educação de jovens e adultos e a disciplina de química na visão dos envolvidos. **Química Nova na Escola**. 244–250, 2016.

SCHWARCZ, Lilia. K. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870–1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

VERRANGIA, Douglas. Conhecimentos tradicionais de matriz africana e afro-brasileira no ensino de Ciências: um grande desafio. **Revista África e Africanidades**.705–718, 2010.

Recebido em: 04/09/2022

Aprovado em: 12/11/2022

Publicado em: 07/12/2022